



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

ANTHONY ROSS BAPTISTA FONTES

**A REFORMA FRANCISCO CAMPOS E SEUS DESDOBRAMENTOS NO ENSINO DE
HISTÓRIA NA ESCOLA NORMAL RUI BARBOSA (1931 – 1939)**

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2023

ANTHONY ROSS BAPTISTA FONTES

**A REFORMA FRANCISCO CAMPOS E SEUS DESDOBRAMENTOS NO ENSINO DE
HISTÓRIA NA ESCOLA NORMAL RUI BARBOSA (1931 – 1939)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de História da Universidade Federal de
Sergipe (UFS), como requisito para obtenção do
título de licenciatura de História

Orientador: Prof. Dr. João Paulo Gama Oliveira (DEDI)
Coorientadora: Prof. Dr. Rosemeire Marcedo Costa (DED)

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2023

ANTHONY ROSS BAPTISTA FONTES

**A REFORMA FRANCISCO CAMPOS E SEUS DESDOBRAMENTOS NO ENSINO DE
HISTÓRIA NA ESCOLA NORMAL RUI BARBOSA (1931 – 1939)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de História da Universidade Federal de
Sergipe (UFS), como requisito para obtenção do
título de licenciatura de História

Orientador: Prof. Dr. João Paulo Gama Oliveira (DEDI)
Coorientadora: Prof. Dr. Rosemeire Marcedo Costa (DED)

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2023

AGRADECIMENTOS

Começo agradecendo a Deus pelas boas oportunidades que me concedeu ao longo do processo da produção dessa monografia e me fortalecendo nos diversos empecilhos e dificuldades que tive. Em segundo lugar quero agradecer a minha avó Jizelia Fontes Santos que sempre investiu na minha educação e com grandes incentivos me fez sonhar mais alto para alcançar meus objetivos, é meu alicerce em tudo na vida e a minha família por sempre me encorajaram e me apoiaram na vida e na educação.

Não posso deixar de agradecer a universidade Federal de Sergipe por ser um espaço que nunca pensei em ocupar, mas quando tive a oportunidade de acessá-lo me recebeu de portas abertas, me proporcionando uma vastidão de conhecimentos junto ao departamento de História que sempre foi muito solícito ao meu desenvolvimento profissional.

Tenho muito carinho e respeito por todos os professores que tive ao longo da minha trajetória discente, mas dois se destacaram pela nobreza de espírito e inspiração a qual são o professor Dr. ° João Paulo Gama Oliveira (DEDI/UFS), que com muita paciência me orientou nesse processo, me inspirando como profissional e pessoa e a professora Dr.ª Rosemeire Marcedo Costa (DED/UFS) que sempre me assistiu e me inspirou com muita dedicação e carinho.

Deixo também um agradecimento especial ao CIERB, espaço de memória que auxiliei na construção, assim como, ele construiu algo em mim, além das boas memórias e conhecimentos adquiridos, os amigos foram um dos pilares essenciais nessa construção, em especial a Valéria, Suelen, Gabrielle e Erica e a toda equipe do Instituto de Educação Rui Barbosa, além dos membros do Grupo de pesquisa Disciplinas Escolares: história, ensino e aprendizagem e a grande matriarca desse grupo a professora Dr.ª Eva Maria.

Agradeço ainda aos meus amigos e todas aquelas que estiveram comigo nessa jornada e espero com esperança que todos continuemos andando juntos.

RESUMO

Nesta pesquisa analisa-se o ensino de História na Escola Normal Rui Barbosa da cidade de Aracaju – SE, como foco na Reforma Francisco Campos e seus desdobramentos na década de 1930. O objetivo principal é analisar o ensino de história na Escola Normal Rui Barbosa da cidade de Aracaju – SE, da década de 1930, mais precisamente as disciplinas de História do Brasil e História Geral. Almeja-se também apresentar aspectos históricos da formação da instituição escolar antecedendo a década de 1930 a partir dos estudiosos que tratam da temática. As fontes para a realização deste estudo foram os livros de ponto e os programas das disciplinas História do Brasil e História geral disponíveis no Centro de Memória da Formação Docente do Instituto de Educação Rui Barbosa (CIERB). O trabalho tem como referencial teórico Julia (1995) no que se refere a “cultura escolar”, Bittencourt (2005) no tocante à disciplina escolar história e Gomes (1989) no trato do governo de Getúlio Vargas. Esta operação historiográfica permitiu compreender alguns dos desdobramentos no ensino de História na Escola Normal Rui Barbosa alinhado as diretrizes do ensino de história a prática da didática patriótica.

Palavras-chave: Centro de Memória da Formação Docente do Instituto de Educação Rui Barbosa Escola Normal Rui Barbosa. Ensino de História. História da Educação.

ABSTRACT

In this research, we analyze the teaching of History at Rui Barbosa Normal School in the city of Aracaju, SE, with a focus on the Francisco Campos Reform and its repercussions in the 1930s. The primary objective is to identify the historical aspects of the formation of this school group prior to the 1930s, based on the works of scholars who address this theme, and to identify aspects of History teaching. Furthermore, we investigate the school subjects of General History and Brazilian History, along with their educators at Rui Barbosa Normal School. To accomplish this study, the sources we sought were attendance registers and program syllabi of the subjects, as well as an analysis of teacher attendance registers and pedagogical program syllabi for the school subjects of Brazilian History and General History, which are available in the historical collection of CIERB. The theoretical framework for this work draws on Julia (1995) regarding "school culture," Bittencourt (2005) providing the basis for the school subject of history, and Gomes (1989) for understanding the government of Getúlio Vargas. This historiographical operation has allowed for a significant realization that there were developments in the teaching of History at Rui Barbosa Normal School, aligning the guidelines for history teaching with patriotic didactic practice.

Keywords: Center for the Memory of Teacher Training at the Rui Barbosa Institute of Education Rui Barbosa Normal School. Teaching History. History of Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fachada da Escola Normal de Sergipe (sem data)	18
Figura 2 - 7 de setembro de 1936 Atividade da.....	26
Figura 3 - 7 de setembro de 1936 Atividade da.....	27

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1.ESCOLA NORMAL RUI BARBOSA: UMA HISTÓRIA EM CONSTRUÇÃO	14
2.A REFORMA FRANCISCO CAMPOS E SEUS DESDOBRAMENTOS NO ENSINO DE HISTÓRIA NO CURSO NORMAL	21
3.O ENSINO DE HISTÓRIA NA ESCOLA NORMAL RUI BARBOSA na década de 1930.....	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
LISTA DE FONTES	37
REFERÊNCIAS	38

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa busca contribuir com o campo da história da educação e sua interface com a área do ensino de história, tendo como objetivo geral analisar o ensino de história na Escola Normal Rui Barbosa (ENRB) da cidade de Aracaju – SE, da década de 1930, mais precisamente as disciplinas de História do Brasil e História Geral. Tal proposta tem relação direta com o trabalho desenvolvido no Centro de Memória da Formação Docente do Instituto Rui Barbosa (CIERB) que surgiu a partir da realização do projeto “Instituto de Educação Rui Barbosa e seu acervo: lugar de memória da formação docente em Sergipe”¹ por meio de uma parceria realizada entre a Secretaria de Estado da Educação e da Cultura (Seduc/SE) e a Universidade Federal de Sergipe (UFS). As atividades iniciaram-se em setembro de 2021, cujo intuito consistiu em inventariar e salvaguardar o acervo documental que abrange os anos de 1875 - ano do documento mais antigo localizado no acervo até 1947, período de mudança da Escola Normal Rui para o Instituto de Educação Rui Barbosa, tendo alterado sua finalidade. Sobre o material sabe-se que:

O acervo do Instituto de Educação Rui Barbosa é vasto e pode gerar pesquisas que favoreçam o entendimento do processo de formação docente em Sergipe, mediante o uso da documentação e também de outros dispositivos pedagógicos, bem como de elementos da cultura material escolar disponíveis na instituição de ensino (Bonifácio, Costa e Oliveira, 2022, p 1902).

Assim, o presente estudo é fruto do trabalho realizado com a documentação catalogada e que preserva a memória da formação docente na Escola Normal, possibilitando o acesso a documentos que por muitos anos estiveram negligenciados sendo que tratamos diretamente da história de parte da população sergipana, e de centenas de normalistas que atuaram por décadas na educação em Sergipe.

O trabalho busca também atingir os seguintes objetivos específicos:

- a) Descrever alguns dos aspectos históricos da Escola Normal Rui Barbosa antecedendo a década de 1930.

¹ O projeto foi elaborado e desenvolvido por docentes da Universidade Federal de Sergipe. A Professora Dra. Rosemeire Marcedo Costa (DED/DEHEA/UFS/CEMAS), coordenadora do Projeto, como também o prof. Dr. João Paulo Gama Oliveira (DEDI/DEHEA/UFS/CEMAS) e a Profa. Dra. Eva Maria Siqueira Alves (UFS/DEHEA/CEMAS). Mais a colaboração de discentes da Universidade Federal de Sergipe dos cursos de História e Museologia, são eles: Anthony Ross Baptista Fontes; Filipe Araújo da Silva; Gabrielle Reis de Oliveira; Janael Santos de Jesus; Luan Apollo R. S. Messias; Luana Maria Santos Santana; Nayara Regina Moura Lima; Suelen Maria Andrade Santos e Valéria dos Santos Alves. Para a realização do Projeto contamos diretamente com o apoio da equipe diretiva do Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES).

- b) Identificar os aspectos do ensino de história durante a década de 1930 na Escola Normal Rui Barbosa.
- c) Analisar as disciplinas escolares de História Geral e História do Brasil e seus docentes na Escola Normal Rui Barbosa durante a reforma Francisco Campos.

A questão norteadora desta pesquisa trata-se da busca por compreender quais foram os desdobramentos que ocorreram na Escola Normal sob a influência da reforma Francisco Campos? A fundamentação teórica ocorreu por meio de diálogos com os conceitos de “cultura escolar” de Julia (1995) e “ensino de história” com destaque para sua relação com a cultura escolar, a partir das abordagens da historiadora Circe Maria Fernandes Bittencourt (2005). Julia (1995, p. 10) entende que a definição de cultura escolar é dada enquanto se abrange a análise das relações conflituosas ou pacíficas com as demais culturas que lhe são contemporâneas. Ou seja, as culturas sociais, religiosas e políticas que circundam a sociedade interagem com a cultura escolar em seu período histórico de análise. Neste sentido interpreta-se que, “cultura escolar” é um conjunto de normas que tem como objetivo moldar as condutas e definir quais os conhecimentos que se devem ensinar. Percebe-se ainda que a “cultura” escola é dinâmica, essas normas e práticas de ensino variam segundo os contextos sociais e políticos Julia (1995)

Em diálogo com o citado autor entende-se que a cultura escolar é moldada segundo os acontecimentos e necessidades vigentes do seu período histórico. Entretanto, a cultura escolar é movida por agentes educacionais, de modo que:

Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores. (Julia, 1995, p.11).

Estes agentes mediante a culturas de ensino resultantes das interações culturais com as demais formas de culturas vigentes no período resultam em métodos pedagógicos que permitam que as normas culturais sejam melhor transmitidas aos alunos segundo o contexto de época. No caso desta pesquisa estão limitados aos docentes de História da Escola Normal Rui Barbosa.

Com as análises de Bittencourt (2005) trabalhamos com a vertente de disciplina escolar como uma entidade específica, que é relativamente independente das ciências eruditas ou acadêmicas. Tendo em vista que a escola não é apenas um receptor de conhecimento científicos

externos e dependente da transposição de conhecimentos acadêmicos, mas também um produtor de saberes. Deste modo:

É preciso deslocar o acento das decisões, das influências e de legitimações exteriores à escola, inserindo o conhecimento por ela produzido no interior de uma cultura escolar. As disciplinas escolares formam-se no interior dessa cultura, tendo objetivos próprios e muitas vezes irredutíveis aos das “ciências de referência” (Bittencourt, 2005, p.38)

Sendo a história uma disciplina escolar, então moldada segundo a cultura escolar da instituição de ensino. Ela surge com os interesses gerais da escola (Bittencourt, 2005, p.41) e da sociedade através das interações das culturas internas e externas à escola. Um conjunto de normas de ensino de história são caracterizadas segundo as necessidades do poder hegemônico do seu período histórico. Como é possível analisar no seguinte trecho:

A escola, é importante destacar, integra um conjunto de objetivos determinados pela sociedade e articula-se com eles, contribuindo para os diferentes processos do econômico e políticos, como o desenvolvimento industrial, comercial e tecnológicos, a formação de uma sociedade consumista, de políticas democráticas ou não. (Bittencourt, 2005, p.42)

Dado o conceito de “cultura escolar” por Julia (1995) pode-se dialogar com esse trecho no entendimento de que a escola é uma instituição que atende a demandas políticas e sociais. E a “cultura escolar” pode ser um instrumento para integração de interesses e projetos de nação, que visam moldar os trabalhadores mais alinhados aos interesses econômicos e políticos hegemônicos de um período.

Em síntese, esta pesquisa fundamenta-se nas percepções de que a cultura escolar surge dentro da escola e interage veemente com as demais, resultando assim em normas pedagógicas que obedeçam a uma demanda política e social. Dentro dessa perspectiva, analisamos a disciplina de história na cultura escolar da Escola Normal Rui Barbosa.

O estudo situa-se no recorte temporal que corresponde ao governo de Getúlio Vargas (1930 – 1945). Analisa-se tal governo perspectivasse diálogo com a pesquisadora Ângela de Castro Gomes (1989). Ela compreende que Vargas ascende ao poder de forma não democrática e no poder fica por 15 anos. Segundo Gomes (1989) o governo de Vargas fica 15 anos à frente do Brasil, e foi dividido em três fases, sendo elas a do governo provisório (1930-1934), presidente por eleições indiretas (1935-1937) e o ditador (1937-1945).

Entende-se também que o governo Vargas utilizou da forte intervenção do Estado para promover sua imagem e seus princípios ideológicos com possíveis desdobramentos no que se

refere ao ensino de história na Escola Normal Rui Barbosa. O decreto n.º 19.890, conhecido como reforma Francisco Campos, foi oficializado pelo governo de Getúlio Vargas em 18 de abril de 1931 (BRASIL, 1931). Mas, não ocorreu uma adesão imediata pelos governos estaduais. Desta forma, em Sergipe a reforma Francisco Campos foi somente legalizada em 18 de novembro de 1936 pela lei n.º 40 (SERGIPE, 1936).

Para a realização do trabalho utilizamos a documentação encontrada e catalogada no acervo do CIERB. O critério de seleção da documentação teve como primeiro requisito a correspondência ao recorte temporal estabelecido. Em segundo, foram selecionados documentos que fossem correlacionados ao tema da pesquisa e mais precisamente aos seus objetivos. Em terceiro foram buscados documentos que apresentassem indícios de desdobramentos das políticas vigentes no âmbito das disciplinas em estudo.

Com isso foram selecionados livros de ponto da década de 1930 que possibilitaram encontrar informações fundamentais para conduzir esta pesquisa. Entretanto, nas leituras e análises destes mesmos documentos é perceptível que faltam muitas informações. A julgar pelo histórico de armazenamentos e cuidados com a documentação da Escola Normal Rui Barbosa e a ausência de uma cultura arquivística é possível que alguns deles tenham sido descartados irregularmente. Mas superando as adversidades serão trabalhadas as seguintes fontes: oito livros de pontos referentes a década de 1930, visando investigar o quadro de docentes que ensinavam nas disciplinas escolares de História Geral e História do Brasil. Com a sua rubrica é possível acompanhar as rotinas pedagógicas, substituições, direção escolar e quais eram as variações de história que eram oferecidas pela Escola Normal Rui Barbosa. Diante da análise da fonte foi montado um quadro com o nome dos docentes e suas respectivas matérias. Também foram analisados os programas das disciplinas escolares História do Brasil e História Geral dos anos 1929 a 1931, fontes que possibilitaram localizar os conteúdos das disciplinas no cotidiano da escola.

Para a análise do histórico da Escola Normal foi estabelecido o diálogo com as pesquisas de estudiosos na área, como: Alves (2005), Azevedo (2010), Dantas e Freitas (2010), Freitas e Melo (2008), Freitas (1995), Freitas e Nascimento (2017), Nunes (2008), Souza (2001), Santos (2013), Silva (2016), Santos (2019), Costa, Oliveira e Bonifácio, (2022). Com eles trabalhamos o primeiro capítulo desta pesquisa, que abordará os aspectos históricos da Escola Normal antecedentes a década de 1930.

Para além dos textos mencionados, também buscamos dialogar com: Carvalho (2012), Dallabrida (2009), Dantas (2022), Julia (1995), Rosa (2008) e Santos (2007). Além dos estudos

de Barreto (2004), Barroso (2011), Batista (2021), Costa (2011), Nascimento, Nascimento e Freitas (2014), Oliveira (2015), Souza (2012) e Wendt (2015)

No primeiro capítulo tratamos de alguns aspectos da história da Escola Normal em Sergipe até a sua consolidação com sede própria e a mudança de nomenclatura para Escola Normal Rui Barbosa, compreendendo que a história da instituição forma uma cultura escolar que subsequente as disciplinas escolares surgem no interior desta cultura. No segundo, tratamos da Reforma Francisco Campos (1931), do seu caráter nacionalizador na formação de trabalhadores alinhados às perspectivas do governo Vargas e os desdobramentos no Ensino de História do Curso Normal. No terceiro capítulo analisa-se o ensino de história na Escola Normal Rui Barbosa por meio dos programas de História Geral e História do Brasil e de seus docentes. Constatando os desdobramentos da nacionalização do ensino de História na instituição nas Considerações Finais.

1. ESCOLA NORMAL RUI BARBOSA: UMA HISTÓRIA EM CONSTRUÇÃO

Em 20 de março de 1838 idealizava-se na província de Sergipe o curso de formação docente denominado curso normal. Segundo Alves (2006) o Padre Antônio Bastos recebeu uma autorização presidencial da província em 18 de maio de 1838 para se habilitar com os conhecimentos necessários para fundar a instituição em Sergipe, porém ele faleceu, impossibilitando inicialmente esta instalação do curso normal em Sergipe naquele período.

Entretanto, o projeto de criação de uma instituição formadora de pessoas para o magistério não deixou de existir. Décadas adiante ainda se idealizava uma escola normal e não era apenas por um desejo de educar o povo, mas para dar uma uniformização ao ensino no império (Nunes, 2008, p. 115).

Já na nova capital, Aracaju, o Atheneu Sergipense foi criado pelo decreto de 24 de outubro de 1870 no art. 17. Na instituição eram ofertados dois cursos Humanidades e o curso normal (Nunes, 2008, p. 116 e 117). Ali estudava-se dois anos o curso normal “no primeiro, Gramática Filosofia e da Língua Nacional com Análise dos Clássicos e Pedagogia; no segundo, Aritmética e Geometria e História, especialmente do Brasil” (Nunes, 2008, p. 118)

Em 1871 a situação estava tão precária pela falta de interesse no curso normal que dos seis alunos que se matricularam, apenas dois foram para os exames finais. Além dos péssimos rendimentos, os responsáveis pelo curso normal também tinham que conviver com os comportamentos inadequados dos alunos. (Nunes, 2008, p. 119). As condições de trabalho e as relações com os apadrinhamentos políticos desestimularam muitos jovens a seguir a carreira docente. Nas décadas finais do século XIX as escolas primárias não tinham as condições mínimas para o trabalho docente, como afirma Nunes (2008, p. 121): “Se, quanto ao elemento humano era deficiente o ensino primário, materialmente eram precárias as condições das escolas, instaladas em casas destruídas de condições mínimas para a finalidade a que estavam destinadas”.

A falta de estímulo para a formação masculina na docência de primeiras letras chegou a níveis consideráveis. Tendo em vista que, o presidente provincial, Olímpio dos Santos Vital, por meio de resolução n.º 1.326 tomou medidas de fechamento de turmas que não completasse no mínimo 10 alunos. Em 1883 o curso normal não recebeu nenhuma matrícula e em 1886 os alunos inscritos abandonaram o curso (Freitas, 1995, p. 25).

Porém, era substancial que a educação fosse desvinculada de instituições não regulamentadas e em muitos casos a educação era dada no lar. Com a criação de uma instituição formadora de docentes, o estado deixou evidente que queria comandar a educação (Silva, 2016).

Com o notório fracasso do curso normal oferecido no Atheneu Sergipense a rapazes, o Dr. Manoel Luiz Azevedo d'Araújo² defendia a criação de uma escola normal feminina. Todavia, ele possuía como imaginário que a mulher, eram a mais indicada para exercer a profissão de professora primária. (Nunes, 2008, p. 120). A visão progressista de uma escola normal feminina de Manoel Luiz se concretizou com o presidente provincial Dr. João Pereira de Araújo Pinho que constatou a falência do curso normal masculino e então dia 09 de janeiro de 1877, com a Lei n.º 1079, reformou o ensino e abriu espaço para a educação feminina (Nunes, 2008, p.133). Mas esta informação entra em confronto com um livro de ponto encontrado no acervo do CIERB que data de 1875. Com isto, conclui-se que se faz necessário mais pesquisas para uma datação de forma mais precisa dos aspectos históricos da Escola Normal em Sergipe.

Inicialmente o curso normal para moças se deu no Asilo Nossa Senhora da Pureza. A escolarização e abertura para a formação docente feminina representou um avanço para o período. Logo adiante, a partir de 1881, o presidente provincial Inglês de Souza instaurou as reformas educacionais que contribuíram para a formação e profissão docente em Sergipe, nas palavras da pesquisadora Nunes:

o Presidente Inglês de Souza em evitar que os professores primários continuassem a ser joguetes dos interesses políticos provincianos, estabelecendo o artigo 65 do Regulamento sua vitalidade, desde que fosse normalista, enquanto o art. 70 determinava que o professor público só poderia ser removido a pedido, por acesso e por pena guardas as formalidades regimentais prescritas nos artigos 282, 283 e 285. (Nunes, 2008, p. 148)

O presidente Inglês de Souza trouxe uma renovação no que se refere às relações de trabalho docente do primário. Um dos fatores que desestimularam a clientela masculina a profissão docente, eram os “joguetes” políticos e apadrinhamentos. O presidente da Província criou mecanismos constitucionais que pretendiam impedir que a carreira docente dependesse de favores políticos. Então instituiu-se normativas administrativas, afim de garantir que políticos não removessem docentes irregularmente para favorecer outros da sua conveniência. O currículo da Escola Normal passou a ter três anos de formação. Com métodos pedagógicos voltados para o prático e experimental. Além disto eram proibidas as atividades passadas em apostilas (NUNES, 2008, p. 153).

Nas vias das renovações em 1881 a Escola Normal vivenciou um breve avanço para o período que foi a implementação do ensino misto, que possibilitava a vivência de discentes do

² Diretor-Geral da Instrução de 1870 a 1875

sexo masculino e feminino no mesmo espaço de educação. “O governo Inglês de Souza [...] estava tentando implementar a reforma Leôncio de Carvalho e esbarrando na realidade social, impregnada pelos interesses políticos e pelo tradicionalismo” (Freitas e Nascimento, 2017, p.181). A oposição conseguiu então afastar Inglês de Souza com apenas 10 meses de mandato e posteriormente desfez pontos que as desagradavam nas reformas implementadas pelo breve governo. Em paralelo a este evento, tem-se um fenômeno ocorrendo na Escola Normal que é a feminização do magistério primário.

A feminização da Escola Normal Rui Barbosa ocorreu de forma gradativa. O curso normal feminino foi inaugurado na década de 1870 e em 1890 dos 111 docentes primários em Sergipe 67 eram mulheres (Nunes, 2008, p.190). Neste espaço de tempo a Escola Normal masculina fracassou, tendo cada vez menos matrículas e abandonos até o encerramento de suas atividades.

Todavia, o Estado ainda assim necessitava ter o controle da educação primária. Então tem-se cada vez mais espaços de formação profissional e atuação para as mulheres. Como destaca Santos:

Se os homens não se interessavam pela profissão docente, a solução foi a feminização do magistério. Tendo em vista tal necessidade, o Presidente da Província Dr. João Pereira de Araújo, criou o Regulamento de 9 de Janeiro de 1877, aprovado pela Resolução, nº 1079, de 5 de maio do mesmo ano. (Santos, 2019, p.10)

Antecedendo a legalização da formação docente feminina, havia mulheres lecionando as primeiras letras em Sergipe, mesmo antes da Escola Normal (Santos, 2019, p.7). Todavia, não se tinha uma formação específica para tal. Maria Thetis Nunes intitula esses profissionais como “leigos” (2008, p.189). A feminização da Escola Normal Rui Barbosa também se deu pela oportunidade que a formação docente proporciona para a emancipação econômica, cultural e social a mulheres, as autoras Freitas e Melo (2008, p. 1) destacam que “Nas primeiras décadas do século XX, o curso de formação de professores ganhou força e passou a ser procurado, predominantemente, por mulheres que objetivavam ascender social e financeiramente”.

Ainda durante o período “Para legitimar a atuação das mulheres no campo escolar, características tidas como femininas, começam a ser associadas ao magistério, paciência, zelo, afeto entre outras qualidades” (Santos, 2019, p.5). Ou seja, a formação docente feminina surgia com uma estigmatização e imposição de feminilidade e maternidade como a autora reforça:

“Desta forma, o magistério passa a ser entendido como uma atividade materna, passando a ser visto como profissão destinada a mulher” e complementa:

A Escola Normal procurava orientar as futuras professoras primárias de modo que elas fossem um modelo para seus alunos. A formação da normalista esteve ligada à preocupação de que elas fossem civilizadoras, ou seja, transmitissem às crianças as regras e valores sociais regidos pelas normas da Igreja católica. (Santos, 2019, p. 5)

Uma vez que, a educação não seria interessante para seu uso próprio e crescimento individual. Mas estava a serviços de terceiros como para educar seus filhos e servir a sociedade em salas de aula. Como pode-se entender em “Desta maneira, ressaltamos dois aspectos relevantes. A mulher não precisaria instruir-se para o bem individual e sim, coletivo” (Freitas e Melo, 2008, p. 1)

Além disto a instrução das mulheres para a educação dos próprios filhos estava ligada aos interesses do sistema republicano. “A procura da Escola Normal pelas jovens sergipanas refletiu os ideais republicanos de que as mulheres precisariam estar instruídas para oferecer uma educação melhor aos filhos” (Freitas e Melo, 2008, p. 1). A formação na carreira docente também era uma alternativa ao casamento (Freitas, 1995, p. 42). Era em razão de que a imagem e sobrevivência da mulher estava associada à presença masculina. Tendo em vista que a educação na Escola Normal proporciona uma viabilidade para os normalistas para além da figura do homem.

Com o aumento do prestígio do curso normal feminino e os novos ares que prometia os defensores do sistema republicano, o governador Rodrigues Dória (1908-1911) prosseguiu com planos de modernizar a gestão estadual e consertar prédios públicos. Seguindo esse projeto em 1911 foi inaugurada a sede própria da Escola Normal e um grupo escolar anexo (Dantas, 2022, p.45). Obedecendo aos padrões arquitetônicos do início do século XX: “Em 1911, essa segunda escola recebe prédio próprio, inaugurado na praça central da cidade de Aracaju, com arquitetura diferenciada e de acordo com os mais modernos padrões de higiene e salubridade, para a época” (Freitas e Dantas, 2010, p. 240).

É plausível constatar que de fato houve um grande investimento neste sentido de modernização na construção do prédio da Escola Normal, entretanto, não se pode desvincular os interesses políticos e sociais que circundavam este edifício que seria uma demonstração clara que o sistema republicano levava o Brasil ao progresso em relação ao antigo regime. Os prédios seriam a propaganda por via de cartão-postal. Como é possível ver em Rosa Fátima de Souza:

Nas primeiras décadas republicanas, a escola primária, em particular os grupos escolares, tornou-se símbolo do progresso social e cultural dos núcleos urbanos. O cartão-postal evidenciava o prestígio da instituição. Servia, assim, para o consumo dos pais, alunos e professores da escola, o espaço de recordações afetivas. Para a sociedade campineira, este cartão postal consistia em uma representação do progresso da cidade (Souza, 2001, p.84)

Entendendo assim, Sergipe também estava em diálogo com os pareceres de progresso que o então Estado Republicano brasileiro almejava. Alinhou-se o projeto do prédio ao que se tinha de mais moderno em arquitetura e saneamento. E a então sede própria da Escola Normal é edificada em pleno centro da cidade de Aracaju. Chama atenção por sua beleza e imponência. Como pode-se ver na figura 1, possivelmente registrada entre 1920 e 1940:

Figura 1 - Fachada da Escola Normal de Sergipe (sem data)



Fonte: CIERB (2023).

O prédio tinha a função de comportar as práticas pedagógicas das normalistas. Mas além disto, também representava a ideia de civilidade republicana (Azevedo, 2010, p.120). Uma vez que, as construções neste primeiro período republicano vinham como uma demonstração de

progresso que o antigo regime não havia conquistado. A sua localização também representava uma forma de poder e progresso, pois, estava no coração da cidade, ou seja, na área central.

É importante ressaltar a relevância do grupo escolar na arquitetura urbana. Durante as primeiras décadas da República, tais estabelecimentos escolares, ao lado da Igreja Matriz, praça central e principais prédios públicos como o Palácio de Governo, convertiam-se em lugar de referência para as cidades e passavam a ser tomados como “modelo” (Azevedo, 2010, p.121)

Então é perceptível que a arquitetura exuberante à localização em uma área privilegiada da cidade era uma sutil demonstração de poder a sociedade. E que pretendia adquirir desta sociedade o prestígio e reverência. E por meio disto o prédio da Escola Normal exercia a sua função pedagógica de demonstração de força e educação da sociedade dentro e fora, como constata Azevedo:

Os prédios dos grupos, no entanto, podem ter lhes atribuído um aspecto diferente relativo ao exercício da sua função. Os majestosos templos do saber exalavam sua função educativa tanto dentro quanto foram dos seus muros. Demonstravam modernidade e zelo com o processo de formação de uma sociedade na qual deveria encontrar lugar um *homem novo*, o cidadão republicano. (Azevedo, 2010, p. 122)

Os dispositivos pedagógicos também seguiram os padrões de modernidade que o período exigia. As estudantes da Escola Normal de Sergipe estudaram em um ambiente escolar que refletia a modernidade e que auxiliava na qualidade de sua formação docente. Como pode analisar em Dantas e Freitas:

Com carteiras escolares importadas dos Estados Unidos e os laboratórios montados com instrumentos oriundos da Europa, as futuras professoras de Sergipe, contariam com dispositivos pedagógicos apropriados para o aprendizado necessário à atuação no magistério, nas primeiras décadas do século XX (Dantas e Freitas, 2010, p. 240).

A suntuosidade do prédio e a sua estrutura que proporcionava um melhor aprendizado era um fato, todavia, as contradições também eram alarmantes, pois, destaca-se que “A arquitetura imponente foi uma forma de violência simbólica no seio dos núcleos urbanos sergipanos” (Santos, 2014, p.68). Enquanto ruas estavam sem pavimentação e condições dignas, os prédios se erguiam como uma expressão para propaganda e demonstração de poder.

A arquitetura desses prédios também expressava o abismo entre o imaginário dos governantes que vangloriavam a suposta civilidade e modernidade que os prédios dos grupos

escolares representavam, enquanto “a maior parte da infância sergipana perambulava pelas calçadas descalça pelas ruas sem pavimentação [...] No mesmo passo em que os edifícios soerguiam nas ruas centrais da capital” (Santos, 2014, p.68).

A partir do que foi exposto é possível compreender aspectos do ambiente da Escola Normal de Sergipe. Os sujeitos, a construção de um modelo de educação nacional, os interesses sociopolíticos que orbitavam a Escola Normal nas primeiras décadas do século XX são fundamentais para a compreensão de como a disciplina História entrava em contato com as normalistas, uma vez que, todos esses elementos influenciam na cultura escolar e na forma de ensino.

2.A REFORMA FRANCISCO CAMPOS E SEUS DESDOBRAMENTOS NO ENSINO DE HISTÓRIA NO CURSO NORMAL

Desde o início da Primeira República (1889 – 1930), desenvolveu-se um direcionamento para a modernização da educação no Brasil. As pioneiras investidas foram a implantação de grupos escolares que se iniciou em São Paulo (1890), posteriormente se estendeu por todo o território nacional.

Estes direcionamentos adentraram no Sergipe Republicano do início do século XX e desdobraram-se na criação de grupos escolares, bem como nos grupos já existentes, com a ampliação de vagas e a separação do ensino por séries, como estudos de Ibarê Dantas nos mostra:

A partir de 1910 começaram a ser construídos os grupos escolares, separando os alunos por série. No nível médio, além da construção dos prédios novos para abrigar o Atheneu, tradicional colégio público, criado nos anos setenta século XIX, e a Escola Normal, destinada às moças, houve ampliação de vagas. (Dantas, 2022, p.71)

O início da República em Sergipe foi marcado também por instabilidades políticas, como a acentuada rivalidade entre monarquistas e republicanos (Dantas, 2022, p.38). O projeto modernizador da educação conseguiu avançar no estado, fundando alguns grupos escolares públicos e particulares que seguiam os parâmetros do período.

Entretanto, mudanças mais significativas no ensino ocorreram após 1930 (Dallabrida, 2009). Getúlio Vargas chegou ao poder e com ele um novo projeto de nação. E para o ensino este novo projeto é refletido na pessoa de Francisco Luís da Silva Campos (1891-1968)³. Que tem o próprio nome marcado na Reforma que direcionou o ensino para novos patamares.

O advogado e jurista mineiro Francisco Campos representou um marco para o Estado Novo. “Seu pensamento político esteve fortemente comprometido com a justificação de práticas autoritárias, conferindo-lhes pretensa legitimidade” (Santos, 2007, p. 31). A sua intelectualidade e persona inspirou muitos nos mesmos ideais antidemocráticos e conservadores.

Não havia no Brasil um ministério dedicado à educação. Uma vez que a entidade fiscalizadora e promotora da educação no Brasil era o Ministério Imperial. Após a Proclamação da República, os assuntos relacionados à educação ficaram na pasta da secretaria de Estado e

³ Nascido em Dores do Indaiá – MG, em 18 de novembro de 1891, foi professor, jurista e político. Ocupou de 1930 a 1932 o Ministério da Educação e da Saúde e foi redator da constituição de 1937 e do AI-1 do golpe civil-militar de 1964.

dos Negócios (Rosa, 2008, p. 37). Com a ascensão do governo de Vargas, os interesses vigentes por aqueles que se diziam ser revolucionários eram dar supostos novos parâmetros educacionais, industriais e econômicos ao país.

Então foi criado o primeiro ministério da Educação e da Saúde com o decreto n.º 19.402 de 14 de novembro de 1930. E segundo Rosa “O objetivo do novo ministério era cuidar do saneamento moral e físico e da difusão intensiva do ensino público” (2008, P.37). Assim, centralizando os assuntos de políticas educacionais, métodos pedagógicos e cultura de ensino brasileiro, gerando um espaço favorável para a implementação de reformas educacionais.

A relação de Francisco Campos com a modernização do ensino não se inicia em 1931, mas bem antes. Na década de 1920 em Minas Gerais o mesmo já fazia menções acerca da ruptura de um ensino tradicional (Carvalho, 2012). Francisco Campos era adepto ao movimento da Escola Nova, sendo que o mesmo:

[...] buscou criticar o ensino tradicional associado a sistemas fechados de conceitos estáticos, prontos e acabados. Por exemplo, aprender na escola tradicional era aprender a ler, a escrever e a calcular, tendo a memorização como procedimento didático elementar, que não levava à compreensão do conteúdo; o castigo físico era a ordem geral para disciplinar e organizar as classes e as salas de aula, enquanto o movimento escolanovista sugeria que a escola deveria desenvolver o espírito crítico e a atitude criadora do educando (Carvalho, 2012, p. 189)

Pode-se observar que a Escola Nova era um ideal que possuía o interesse em “romper” com a cultura escolar advinda do regime monárquico. Entretanto, entende-se que o suposto desenvolvimento do espírito crítico e a atitude criadora do educando entram em contradição com a realidade histórica da educação brasileira. Uma vez que, que se constata que a escola é um espaço formador para o trabalho e para uma população alinhada aos interesses econômicos, culturais e políticos do grupo socioeconômico que possui hegemonia.

Os estudos revelam que o movimento Escola Nova gerou um espaço favorável para a Reforma Francisco Campos pelo seu anseio para a modernidade pedagógica, assim, proporcionou a sua assimilação social, uma vez que, os princípios do escolanovismo já eram conhecidos no meio docente. Sobretudo havia penetrado no Brasil, como ressalta:

Dadas as novas exigências da sociedade, a reforma Francisco Campos viu na escola pública, gratuita, obrigatória e laica, a possibilidade de alfabetizar em grande escala, pois isso era necessário para efetivar, de fato, as exigências da sociedade e do novo regime de governo instalado. (Carvalho, 2012, p.192)

Dadas as novas exigências de trabalho e a mentalidade nacionalista que a sociedade brasileira desenvolveu no período. Tendo em vista que Francisco Campos promoveu a educação em grande escala de ensino nos grupos escolares públicos. e tinha como objetivo a “formação de um povo nacional” (Rosa, 2008). Atentando aos objetivos do movimento escolanovista, que foram recebidos positivamente na sociedade (Rosa,2008).

Ao instaurar a Reforma, Francisco Campos alinha o ensino nacional. Como pode-se ler “Os revolucionários de 1930 portavam consigo o projeto onde predominavam as ideias modernas que valorizam o uso da técnica e da ciência como meios de organização da vida e da nação” (Rosa, 2008, p. 38). Os revolucionários já possuíam as ideias de ruptura com os antigos métodos pedagógicos e modernização do ensino com padrões científicos.

No âmbito de Sergipe segundo Ibarê Dantas o período correspondendo 1931-1945 teve a “presença exorbitante do Estado” (2022, p.127). Ele também esclarece que as tendências do movimento Escola Nova que era antecedente a 1930 havia prosperado e argumenta que “Alguns professores de Sergipe, que desde o governo de Rodrigues Dória vinham tentando reformar a educação pública, incorporaram-se a iniciativa” (2022, p.127). Com isto, pode-se compreender a importância de Sergipe no processo de transformação da educação durante o período. Alguns docentes sergipanos participaram ativamente da discussão nacional como sinaliza Dantas:

A interventoria de Maynard enviou três mestres ao sudeste que participaram da discussão no Rio de Janeiro e na capital paulista, estudaram os novos métodos pedagógicos, visitaram instituições culturais e, de volta, tentaram difundir as inovações nas escolas, reformulando a estrutura do ensino e sua pedagogia. (Dantas, 2022, p. 127)

Isto mostra a disposição para alinhar o ensino sergipano aos interesses de nacionalização do ensino. Nesse sentido entende-se que o ensino de história na Escola Normal Rui Barbosa estava seguindo em alinhamento aos padrões do ideário nacionalizador do período.

A responsabilidade de criação e organização do ensino das Escolas Normais era dos governos estaduais (Filho, 2005, p.16). Somente após o fim do período do governo de Getúlio Vargas (1930-1945) instaurou-se uma lei orgânica direcionada a organizar o ensino normal a saber o decreto-lei n.º 8.530, de 2 de janeiro de 1946 (Brasil, 1946).

Entende-se que a Reforma Francisco Campos ocasionou desdobramentos no ensino de história da Escola Normal Rui Barbosa no que se refere a um ensino patriótico e centrado nos interesses do governo vigente. Uma vez que todas as atividades escolares são permeadas pela “cultura escolar” que interage com as demais culturas que lhes são contemporâneas as assimilando ou adentrado em confronto com as mesmas. Como salienta Julia:

cultura escolar não pode ser estudada sem a análise precisa das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas: cultura religiosa, cultura política ou cultura popular (Julia, 1995, p. 10).

O pesquisador nos oferece a ideia de que a cultura escolar é dinâmica e se modifica e se adapta aos momentos históricos. Em um estado autoritário que exercia forte presença na sociedade sergipana (Dantas, 2022), ideais deste estado possivelmente reverberaram na educação e nos processos pedagógicos de sala de aula, suas disciplinas e conteúdo.

Constata-se esse fato compreendendo que as normas que ditam os comportamentos e ensino não podem ser vistos de forma isolada, mas com a atuação de agentes, que “são chamados a obedecer” com as aplicações dos dispositivos que são para facilitar a sua aplicação (Julia, 1995, p.11).

E ao assumir o ministério Francisco Campos possuía o interesse de alinhar a educação aos novos tempos “Dentro do projeto nacionalista” (Rosa, 2008, p. 40). A Escola Normal Rui Barbosa possuía uma função dentro da sociedade de formação de professoras primárias. Ou seja, como educadoras em um estado autoritário elas também deveriam estar alinhadas ao que se era esperado neste projeto nacionalista. Para que assim, a educação nas escolas primárias estivesse nas expectativas do estado.

Francisco Campos também se preocupava com a qualidade da formação do corpo docente que iria realizar a formação das crianças e jovens do período. Uma vez que, para transmitir o ensino de História esperado era necessária uma formação eficiente das normalistas. Ver-se que:

As novas diretrizes educativas propostas pela reforma de 1931 exigiam, também, uma reforma no setor de formação dos professores. Adotando uma das reivindicações dos Pioneiros, Francisco Campos procurou solucionar o problema da formação do corpo docente investindo nas escolas de curso normal e na criação da faculdade de Educação, Ciências e Letras. (Rosa, 2008, p. 40)

Com isto compreende-se que a reforma Francisco Campos reestruturava a educação em vários âmbitos, sendo a formação dos docentes a mais eficaz para a estruturação do projeto de nação que o seu grupo almejava para o Brasil.

O ensino de história não era uma demanda nova da reforma Francisco Campos, mas do sistema republicano que visava a constituição de uma identidade nacional. O regime buscava uma homogeneidade da cultura escolar para tal, nos ensina Bittencourt (2005):

Com a introdução do regime político republicano e do direito de voto para alfabetizados, as políticas educacionais procuravam proporcionar a escolarização para um contingente social mais amplo, e novos programas curriculares buscavam sedimentar uma identidade nacional, por meio da homogeneização da cultura escolar no que se diz respeito à existência de um passado único na constituição da Nação (Bittencourt, 2005, p.64).

A autora informa que as séries de reformas de origem federal ocorridas no regime eram com o intuito de homogeneizar a cultura escolar da nação contando com a reorganização das escolas, métodos pedagógicos e os conteúdos das disciplinas seriam similares em todos os estados. A reforma de Francisco Campos se utilizou da história escolar como instrumento não só de nacionalização da memória, mas também como instrumento que distinguiu uma classe social como construtores da nação e outra sem a noção de sua participação nos processos históricos de construção do país e a sua importância cultural. Bittencourt (2005) defende que:

O conceito de cidadania, criado com o auxílio dos estudos de História, serviria para situar cada indivíduo em seu lugar na sociedade: cabia ao político cuidar da política, e ao trabalhador comum restava o direito de votar e de trabalhar dentro da ordem institucional. Os feitos dos “grandes homens”, seres de uma elite predestinada, haviam criado a Nação, e os representantes dessas mesmas elites cuidariam de conduzir o País ao seu destino (Bittencourt, 2005, p.64)

A pesquisadora esclarece ainda que com a nacionalização do ensino de história patriótico além de fortalecer o “espírito nacionalista” também abriu campo para a “invenção de tradições” (Bittencourt, 2005, p.64). Esse ideário deveria ser compartilhado por todo o povo brasileiro despertando o espírito patriótico através do ensino das “tradições nacionais”. Quando se centraliza o olhar mais especificadamente na Escola Normal Rui Barbosa vê-se esse fenômeno ocorrer. No acervo do CIERB pode-se analisar algumas fotografias de comemorações cívicas da década de 1930 como nas figuras 2 e 3:

Figura 2 - 7 de setembro de 1936 Atividade da
Escola Normal Rui Barbosa



FONTE: CIERB (2023)

Figura 3 - 7 de setembro de 1936 Atividade da
Escola Normal Rui Barbosa



FONTE: CIERB (2023)

Nestas duas fotografias correspondentes à data de 07 de setembro de 1936 é possível visualizar as normalistas praticando exercícios físicos em uma apresentação ao grande público. Entretanto, disso decorre analisar que a “tradição nacional” havia sido de certa forma assimilada pelas normalistas. Para além de um dia com brincadeiras e apresentações podem ter ocorrido meses de ensino da História e o seu uso para o trabalho com o conteúdo patriótico.

Nas imagens nota-se um significativo número de pessoas que assistem às comemorações referente ao dia da pátria. Em diálogo com Bittencourt é possível entender que tais celebrações eram utilizadas:

para consolidar a memória histórica, as escolas passaram a preparar com esmero as comemorações e festas cívicas, utilizando estratégias pedagógicas que envolviam músicas, teatros, desfiles e toda uma série de rituais, com a participação de alunos e famílias, ao lado de autoridades públicas (Bittencourt, 2005, p. 69)

O ensino de História com cunho patriótico e cívico transpassava os limites materiais da Escola Normal Rui Barbosa e se direcionava a educar a população cotidianamente e também em datas comemorativas, quando ficava-se mais evidente. A “cultura escolar” dialogava com a ‘cultura política’ vigente e instigava o patriotismo nos que estavam presentes nas cerimônias.

Conclui-se neste capítulo que a reforma de Francisco Campos contribuiu para concretizar o anseio republicano por uma educação moderna. E em certa medida distanciava-se dos padrões da educação ofertada no regime monárquico. Tal reforma também ocasionou desdobramentos no ensino de História alinhando os educandos às perspectivas de memória histórica. No âmbito da Escola Normal Rui Barbosa a atuação foi direcionada à formação das docentes, que ensinariam uma História patriótica que despertasse o “espírito nacionalista” (Bittencourt, 2005) em seus educandos.

3. O ENSINO DE HISTÓRIA NA ESCOLA NORMAL RUI BARBOSA NA DÉCADA DE 1930.

O ensino de História da Escola Normal Rui Barbosa estava alinhado às normas educacionais da década de 1930, uma vez que o ensino é intrínseco a “cultura escolar” e as suas interações de conflito e diálogo com as demais culturas que lhes são contemporâneas (Julia, 1995). Neste período as aulas eram ministradas com a utilização de compêndios autorizados pelo governo, uma vez que, se havia instaurado um Ministério da Educação e Saúde, para nacionalizar e organizar a educação do país. Nesse sentido, entende-se que a atuação dos docentes de História da Escola Normal Rui Barbosa seguia os parâmetros governamentais, visto que:

Devido a sua importância em um regime autoritário, a categoria docente costuma sofrer arbitrariedades se forem contrários ao regime, todos os educadores são submetidos às normativas governamentais tendo a sua liberdade didática metodológica suprimida (Batista, 2021, p.47)

Assim, os professores de História da Escola Normal Rui Barbosa estavam neste cenário de liberdades pedagógicas limitadas, visto que, havia uma expectativa em relação ao ensino de História no qual:

podemos perceber [...] que se priorizava que o aluno aprendesse em História aquilo que o levasse a compreender a nova estrutura política implantada após 1930 como necessária a manutenção da ordem e ao progresso da pátria (Wendt, 2015, p. 30).

Ressalta-se que à aprendizagem do ensino de História se dava pelos métodos de memorização. Segundo Bittencourt “A memorização era a tônica do processo de aprendizagem” (2005, p.68). Como futuras professoras, as alunas também deveriam transmitir o método de memorizar os eventos históricos do país, ou seja, buscava-se formar uma geração de docentes direcionada a decorar nomes dos ditos heróis nacionais e datas.

O ensino de História voltado à memorização tinha intuito de acumulação de informações sobre a pátria e os grandes vultos⁴ nacionais. Sem estímulo a uma análise crítica dos eventos e pessoas, favorecendo a ascensão de heróis nacionais e o apagamento das participações populares na construção do país. Pode-se ver os desdobramentos dessas discussões na escrita a seguir:

⁴ A exemplo de: Tiradentes, Duque de Caxias, Deodoro da Fonseca entre outros.

Sobre o “método de ditar pontos”, a legislação do período Vargas, em especial do Estado Novo, criou uma série de dispositivos normativos em relação ao controle do trabalho docente, os quais passaram pela padronização curricular e pelo controle da produção midiática. (Nascimento, Nascimento e Freitas, 2014, p. 317)

A legislação vigente na década de 1930 impunha limitações aos métodos didáticos dados pelos docentes. A ênfase por um ensino de História voltado a ditar fatos históricos e personagens tidos como heróis nacionais normatizou o ensino na Escola Normal Rui Barbosa da década de 1930.

Em uma análise pela ótica da “cultura escolar” Julia (1995, p. 23) afirma que “Não se tratava somente de alfabetizar, trata-se de forjar uma nova consciência cívica por meio da cultura nacional e por meio da inculcação de saberes associados à noção de “progresso”. Se entende que os interesses não eram voltados a uma “alfabetização” histórica e a formação de identidade nacional ampla, mas para uma memória cívica forjada.

Nesse sentido, a Escola Normal Rui Barbosa estava inserida neste espaço e tempo de interesses pela nacionalização e uso didático da História para a memorização de grandes vultos nacionais. Os docentes da instituição e matrizes curriculares estavam enquadrados no contexto político da época e em interação com a cultura nacional (Julia, 1995).

Vejamos no Quadro 1 os docentes que ministraram aulas das disciplinas de História durante a década de 1930.

Quadro 1 - Quadro de docentes da disciplinar escolar História na Escola Normal Rui Barbosa (1932 – 1937)

Ano	Docente	Disciplinar Escolar	Nº da pacotilha	Tipo de fonte
1932 a 1934	Graça Leite	História do Brasil	136	Livro de Ponto
1932 a 1934	José Augusto da Rocha Lima	História Geral	136	Livro de Ponto
1934 a 1935	Graça Leite	História do Brasil	91	Livro de Ponto
1934 a 1935	José Augusto da Rocha Lima	História Geral	91	Livro de Ponto
1936 a 1937	Graça Leite	História do Brasil	90	Livro de Ponto

1936 a 1937	José Augusto da Rocha Lima	História Geral	90	Livro de Ponto
-------------	----------------------------	----------------	----	----------------

FONTE: Quadro construído pelo autor a partir dos livros de pontos docente do ano de 1923 a 1937 do CIERB (2023).

É exposto no Quadro que o ensino de História na Escola Normal Rui Barbosa era dividido entre História do Brasil e História Geral. Localizou-se no ensino de História do Brasil estavam tópicos específicos de Sergipe.

O docente que ocupava a cadeira de História do Brasil era o Pr. Antonio Fernando da Graça Leite (Barreto, 2004), que ministrou a disciplina de 1923 a 1936 segundo os seus registros de assinaturas nos livros de ponto. Era muito difundido no período uma educação laica, entretanto localizou-se também que o Padre Antonio Graça Leite fazia parte da “nova elite intelectual” formada pelo Padre Dom José (Barreto, p. 152) que Formou dezenas de Padres para a atuação docente em diversos espaços de educação.

No período de vinte anos, 214 alunos se matricularam no referido Seminário. Destes, 44 fizeram o curso menor e maior (total ou parcialmente). Foram denominados padres de D. José, independentemente de terem, ou não, sido ordenados por ele. Foram eles: Afonso de Medeiros Chaves (1910- 1989), Agnaldo Galvão Leal (1903-), Agnaldo Guimarães (1909-1951), Alberto Bragança de Azevedo (1900-1974), Antonio de Barros Padilha (1909), Antonio Fernando da Graça Leite (1901-1968). (Barreto, 2004, p. 152, grifo nosso).

A ascensão do sistema republicano propagou a ideia de um Estado sem uma religião. Com a laicidade do estado compreende-se que as instituições públicas também deveriam refletir esse caráter, entretanto, a formação de padres para o exercício da docência ainda era comum nesse período.

O Padre Antonio Fernando Graça Leite fez parte de um grupo de 30 padres que seguiram com a carreira docente. O último registro de assinatura do docente foi no ano de 1937. Costa (2011) afirma constar a assinatura do docente José Calasans Brandão da Silva, como professor de História na Escola Normal, todavia, o livro de ponto correspondente ao ano de 1939 não foi encontrado.

No Quadro 2 apresenta-se o conteúdo pedagógico da disciplina escolar de História do Brasil referente ao ano de 1929. Que foram transcritos conforme está na documentação.

Quadro 2 - Programa de História do Brasil de 1929 da Escola Normal Rui Barbosa

História do Brasil - 1929

Descobrimto da América.
Descobrimto do Brasil.
Capitanias hereditárias.
Os três primeiros governadores geraes.
Invasão do Rio de Janeiro Pelos Franceses em 1555
Fundação da cidade do Rio de Janeiro.
Os Franceses no Maranhão.
Pequena noticia sobre invasões holandesas.
Inconfidencia Mineira.
Transmigração da familia real para o Brasil.
D. João V.
Revolução de Pernanbuco em 1817
Independencia
Pedro I.
7 de abril. Regencias.
2º reinado.
Abolição do cativeiro.
Proclamação da Republica.
Governo Republicano.

FONTE: Quadro construído pelo autor a partir do conteúdo pragmático da disciplina História do Brasil do ano de 1929 do CIERB (2023).

Vemos nesse programa que ele é dividido em temáticas. As principais que podemos observar são as de invasões ao Brasil colonial, os governos imperiais e os atos de heroísmo como a Inconfidência Mineira, Abolição do “cativeiro” e o Proclamação da República. Essas temáticas formaram pilares para o patriotismo que moldou o ensino de história durante o governo Vargas e que sustentaram ideais nacionalistas.

O Padre Antonio Fernando Graça Leite atuou até 1937, segundo os livros de ponto substituído pelo docente José Calasans Brandão da Silva. A pesquisadora Silvânia Santana Costa (2011) toma como ano inicial do exercício do magistério do docente José Calasans Brandão da Silva o ano de 1939. A autora ainda diz que:

Calasans fazia parte do corpo docente da instituição de ensino ministrando aulas de História do Brasil em dois turnos. Assim, tinha que adequar seus

horários a fim de não comprometer as atividades docentes, nas demais instituições de ensino nas quais desempenhava a função docente e outras atividades no SPHAN e no IHGS (Costa, 2011, p. 141)

Nota-se então a importância de José Calasans na educação do período e também a sua referência intelectual, dada que o mesmo exercia funções no SPHAN e no IHGSE. Entende-se que era um profissional reconhecido na sociedade sergipana.

O ensino de História do Brasil durante a década de 1930 estava atrelado ao ufanismo patriótico. Que se desdobrava na “cultura escolar”, alinhando as práticas do ensino de História aos interesses governamentais. Como constata a autora:

Dessa forma, a escola tinha um papel fundamental no desenvolvimento das festividades cívicas, nos eventos comemorativos, no culto aos símbolos da pátria. Esse civismo ocupou lugar de destaque no ensino de História como forma de despertar nos educandos os princípios republicanos e inseri-los dentro da ideologia da consciência nacional (Costa, 2011, p.144)

Na Escola Normal em festividades, como já visto nas Figuras 2 e 3, observa-se que o ensino de História se integrava aos modelos didáticos vigentes no contexto das políticas educacionais na esfera nacional. A “cultura escolar” interagia com a “cultura política” (Julia, 1995) do Brasil durante o governo de Getúlio Vargas.

Dessa forma, a escola tinha um papel fundamental no desenvolvimento das festividades cívicas, nos eventos comemorativos, no culto aos símbolos da pátria. Esse civismo ocupou lugar de destaque no ensino de História como forma de despertar nos educandos os princípios republicanos e inseri-los dentro da ideologia da consciência nacional (Costa, 2011, p.144)

Ainda conforme os documentos levantados, sobretudo o Livro de Ponto, José Augusto da Rocha Lima, foi professor da disciplina escolar História Geral. O docente era tido como “Amante incondicional do magistério, ensinou na Escola Normal a partir de 1926” (Souza, 2012). Sobral (2010) informa que ele nasceu na região de Gararu/SE em 1876. No seguinte trecho é possível analisar a sua entrada no magistério:

A caminhada de José Augusto no magistério começou aos 17 anos, quando era aluno do Seminário Coração de Jesus. Depois que recebeu o presbiterado, passou a ministrar aulas particulares em sua residência e, aos 29 anos, foi nomeado catedrático da Escola Normal “Rui Barbosa”, sendo transferido para o Colégio Ateneu Sergipense, já na década de 1930. (Sobral, 2010, p.69)

Desde muito cedo Rocha Lima dedicava-se à docência. E assumiu o ensino de História Geral da Escola Normal Rui Barbosa. Posição essa que ocupou desde 8 de março de 1926,

quando assumiu a Cátedra de História Geral (Sobral, 2010, p.74). Segundo consta no programa da disciplina escolar de 23 de março de 1931 ele lecionava 75 conteúdos⁵, no Quadro 3 estão 13 desses.

Quadro 3 - Programa de História Geral da Escola Normal Rui Barbosa

Programa de História Geral 1931
Período Prehistorico
A civilização egípcia. Sua grandeza e decadência
Italia antiga. Região e povos. Tempos primitivos
A realeza em Roma
O cristianismo. Origens, propagação, perseguição, templo. Constantino
A igreja medieval. Investiduras
Retrospecto geral da Idade Media
O Renascimento
Descobrimento marítimo
As colonias das Americas
A revolução francesa
O segundo imperio francês
Os problemas sociais. A abolição. O socialismo e o comunismo

FONTE: Quadro construído pelo autor a partir do conteúdo pragmático da disciplina História do Brasil do ano de 1931 do CIERB (2023)

Analisa-se que o quadro da disciplina escolar de História Geral era extenso, uma vez que se pretendia ensinar os principais eventos históricos de uma forma global, mas se direcionava em sua maioria a História da Europa. Todavia é marcante como os Estados estavam destacados, como pode-se ver “A civilização egípcia. Sua grandeza e decadência”, “A realeza em Roma” e “O segundo imperio francês”, as questões de força do Estado e tinham ênfase nas aulas de História Geral.

Nota-se também que temas impertinentes ao governo Vargas como “socialismo e o comunismo” também estavam presentes nos estudos. Apesar dos métodos pedagógicos no ensino de História estarem voltados a decoração de datas e vultos percebe-se que as aulas de

⁵ Dos 75 foram selecionados 13 que a grafia estava legível, segue então os conteúdos

História Geral do professor Rocha Lima destacavam-se pela excelência didática. As suas habilidades de ensino e em destaque o ensino de História o conferiu uma posição de referência na educação sergipana. Oliveira destaca que:

Rocha Lima era docente da Escola Normal Rui Barbosa, do Atheneu Sergipense e do Colégio Tobias Barreto, além de inspetor da instrução pública, atuando de forma dinâmica nos diferentes espaços educativos de Sergipe na primeira metade do século XX. (Oliveira, 2015, p. 88)

Direcionando a constatação de que o docente José Augusto da Rocha Lima possuía uma estima intelectual dentro de Sergipe que perpassava pelos principais espaços de educação pública do estado, contribuindo diretamente para a formação docente na Escola Normal Rui Barbosa. Com o exposto constata-se o que durante a década de 1930 o ensino de História na Escola Normal Rui Barbosa sofreu desdobramentos do contexto educacional, mas também contou com práticas constituídas no cotidiano da sua própria “cultura escolar”

O ensino voltado para a educação de uma nação condicionada a viver sob um estado forte e centralizador. Uma História que valorizava os “grandes heróis” como os construtores da nação. Com a literatura analisada em conjunto com as fontes foi possível constituir os quadros dos programas didáticos vigentes no ensino de História do Brasil e História Geral na década de 1930. É possível que existirem outros documentos que demonstrem mais dados e que estão fora do CIERB. Sendo assim ainda há muito o que se pesquisar sobre o ensino de História no período de 1930 nessa instituição educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar o ensino de História na Escola Normal Rui Barbosa entres os anos de 1930 a 1939 e as disciplinas escolares de História do Brasil e História Geral. Com base nos resultados encontrados, afirma-se que os aspectos políticos do campo educacional do período proposto pelo recorte temporal e análise das fotografias, dos conteúdos didáticos e do perfil dos professores pode-se indicar que o objetivo proposto foi alcançado.

Constatou-se o lugar de destaque ocupado pela Escola Normal Rui Barbosa no âmbito dos anseios por um ensino de uma História patriótica. Foi possível observar que as comemorações do 7 de setembro constituíam-se como um espaço para o ensino de História nacionalista e o trabalho feito pela escola.

A análise do ensino de História do Brasil e História Geral, resultou na construção do quadro docente da década de 1930, baseado em documentação salvaguardada e preservada pelo CIERB, crucial para a compreensão da dinâmica do ensino de História da instituição no recorte temporal proposto. Além do conteúdo didático vigente no período, onde foi possível traçar paralelos entre a política educacional presente no Brasil com o que se era proposto e esperado que as escolas cumprissem em termos didáticos com as práticas docentes das disciplinas escolares de História.

Desse modo, o presente texto apresenta contribuições para as pesquisas de história do ensino de história nas Escolas Normais. No que tange às contribuições teóricas está a discussão dos desdobramentos dos ideais modernizadores descritos na Reforma Francisco Campos no ensino de História em uma Escola Normal, que mesmo sob domínio da esfera estadual teve desdobramentos das políticas de esfera federal na década de 1930. Também contribuem por localizar os conteúdos e docentes presentes no ensino de História da instituição de formação docente.

Acerca das limitações dessas pesquisas, ressaltam-se as poucas referências de trabalhos acadêmicos acerca dos estudos que tangem os desdobramentos da reforma Francisco Campos no ensino das Escolas Normais e a necessidade de estudos futuros acerca da temática aqui investigada.

LISTA DE FONTES

LIVRO DE PONTO DOCENTE

- FICHA 50 – Livro de Ponto do Corpo Docente (1943 e 1944)
 FICHA 90 - Livro de Ponto Docente da Escola Normal Rui Barbosa (1936 E 1937)
 FICHA 91 - Livro de Ponto Docente (1934 E 1935)
 FICHA 97 - Livro de Ponto Docente (1918 a 1941)
 FICHA 107 - Livro de Ponto Docente (1941 e 1942)⁶
 FICHA 136 - Livro de Ponto Docente n. °175 (1932 a 1934)
 FICHA 161 - Livro de Ponto Docente (1947 e 1948)
 FICHA 313 - Livro de Ponto Docente e Administrativo (1940 a 1945)

QUADROS DAS DISCIPLINAS ESCOLARES DE HISTÓRIA DO BRASIL E HISTÓRIA GERAL

- FICHA 139 - Conteúdo Programático das Disciplinas (1927 a 1931) –
 Título do documento: PROGRAMMA DE HISTÓRIA GERAL (1931)
 Título do documento: HISTÓRIA DO BRASIL (1929) p.4

ICONOGRAFIA

- FIGURA 1 – FICHA 108 (SEM DATA)
 FIGURA 2 – FICHA 108 (1936)
 FIGURA 3 – FICHA 108 (1936)

⁶ O referente livro de ponto que está fora do recorte temporal da década de 1930 foi analisado para se compreender as atividades dos docentes de forma contínua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Eva Maria Siqueira. CURSOS DE HUMANIDADES E NORMAL: UMA CONFLUÊNCIA PROFÍCUA? In: **Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação**. Goiânia-GO. 2006.

AZEVEDO, C. B. de. ARQUITETURA E GRUPOS ESCOLARES EM SERGIPE: uma relação entre espaço e educação na escola primária. **Outros Tempos: Pesquisa em Foco - História**, [S. l.], v. 7, n. 10, 2010.

BARRETO, R. A. D. N. Os padres de Dom José: o Seminário Sagrado Coração de Jesus (1913-1933). **Revista Educação em Questão**, [S. l.], v. 21, n. 7, p. 136–160, 2004.

BATISTA, Marllon Sérgio Soares. **HISTÓRIA E EDUCAÇÃO: o papel do professor na Era Vargas (1930-1945)**. 2021. 61 f. Monografia - Curso de História, Departamento de História, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: **Cortez Editora**, 2005.

CARVALHO, Carlos Henrique. Escola nova, educação e democracia: o projeto Francisco Campos para a escola em Minas Gerais: **Acta Scientiarum. Education**, vol. 34, núm. 2, julho-diciembre, 2012, pp. 187-198 Universidade Estadual de Maringá Paraná, Brasil

COSTA, Rosemeire Marcedo, OLIVEIRA, João Paulo Gama, BONIFÁCIO, Nadja Santos. O INSTITUTO DE EDUCAÇÃO RUI BARBOSA E SEU ACERVO: primeiras aproximações de um lugar de memória da formação docente em Sergipe. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO - SBHE, 11., 2022, São Paulo. **Anais Eletrônicos do XI Congresso Brasileiro de História da Educação - SBHE**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2022. p. 1895-1909.

COSTA, Silvânia Santana. **ESPAÇOS CONSTRUÍDOS, POSIÇÕES OCUPADAS: história docente de José Calasans Brandão da Silva em Sergipe**. 2011. 190 f. Dissertação - Curso de Pedagogia, Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.

DALLABRIDA, Norberto. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. **Educação**, Porto Alegre, v. 32, p. 185-191, 2009.

DANTAS, José Ibarê Costa. **História de Sergipe República 1889-2000**. 2. ed. Aracaju: **Editora Seduc**, 2022.

FREITAS, A. G. B. DANTAS, M. J. Objetos e projetos pedagógicos na formação docente em Sergipe nas primeiras décadas do século XX. **Educação & Linguagem**, São Paulo, v. 13, n. 22, p. 238-258, jul./dez. 2010.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. As Escolas Normais da Província: a organização do ensino normal em Sergipe durante o século XIX. In: ARAUJO, José Carlos Souza *et al* (org.). **As Escolas Normais do Brasil: do império à república**. 2. ed. Campinas: Grupo Átomo e Alínea, 2017. Cap. 9. p. 173-186.

GOMES, Ângela de Castro; D'Araújo, Maria Celina. **Getulismo e Trabalhismo**. São Paulo: Editora Ática S.A., 1989. 83 p.

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. Campinas: **Revista Brasileira de História da Educação**, 2001. 1 v. Tradução de Gizele de Souza.

MELO, S. P. A.; FREITAS, A. G. B. Instituto De Educação Rui Barbosa – IERB: feminização do magistério em Sergipe (1911 – 1969). In: **Anais do CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: O ENSINO E A PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**, 5., 2008, São Cristóvão. São Cristóvão: UFS, 2008. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/207.pdf>>.

NASCIMENTO, Ester Fraga Vila Bôas Carvalho do; NASCIMENTO, Jorge Carvalho do; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. O ensino secundário em Sergipe, as reformas educacionais (1931 - 1961) e o Instituto de Educação Rui Barbosa. In: DALLABRIDA, Noberto; SOUZA, Rosa Fátima de. **Entre o ginásio de elite e o colégio popular: estudos sobre o ensino secundário no Brasil (1931 - 1961)**. Uberlândia: Edufu, 2014.

NUNES, Maria Thetis. **História da Educação em Sergipe**. 2 ed. São Cristóvão: Editora UFS. Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2008.

OLIVEIRA, João Paulo Gama. Caminhos cruzados: **Itinerários de pioneiros professores do ensino superior em Sergipe (1915-1954)**. 2015. 319 f. Tese - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

ROSA, Cristina Souza da. **PARA ALÉM DAS FRONTEIRAS NACIONAIS UM ESTUDO COMPARADO ENTRE OS INSTITUTOS DE CINEMA EDUCATIVO DO ESTADO NOVO E DO FASCISMO (1925-1945)**. 2008. 419 f. Tese - Curso de História, Departamento de História, História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

SANTOS, M. A. C. dos. Francisco Campos: um ideólogo para o Estado Novo. **Locus: Revista de História**, [S. l.], v. 13, n. 2, 2011.

SANTOS, Thaís Souza dos. **Escola Normal em Sergipe: formação e profissionalização feminina (1870-1935)**. 2019. Monografia – Departamento de História, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019.

SOBRAL, Maria Neide. **José Augusto da Rocha Lima: uma biografia (1897 - 1969)**. São Cristóvão: Editora UFS, 2010. 269 p.

SOUZA, Rosa Fátima de. História da Cultura Material Escolar: Um balanço inicial. In: BENCOSTTA, Marcus Levy (Org.). **Culturas Escolares, Saberes e Práticas Educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007, pp. 163-189.

SOUZA, Pedro. **José Augusto da Rocha Lima**. 2012. Disponível em: <http://www.gararu.com/2012/07/jose-augusto-da-rocha-lima.html>. Acesso em: 03 jun. 2023.

WENDT, Wanessa Tag. **A REPÚBLICA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DA ERA VARGAS (1938 – 1945)**. 2015. 149 f. Dissertação - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

SOUZA, Pedro. **José Augusto da Rocha Lima**. 2012. Disponível em: <http://www.gararu.com/2012/07/jose-augusto-da-rocha-lima.html>. Acesso em: 03 jun. 2023.